

**ANEXO I – DECRETO QUE NORMATIZA A CENTRAL DE VAGAS E ESTABELECE
CRITÉRIOS DE ACESSO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 10.776, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

Normatiza a Central de Vagas e regulamenta os critérios prioritários para o acesso às vagas na Educação Infantil na Rede de Escolas Municipais e nas instituições credenciadas ao Município de Santa Cruz do Sul.

TELMO JOSÉ KIRST, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a demanda de crianças hoje ser superior à capacidade de oferta da Educação Infantil na rede pública municipal, na perspectiva do acesso com equidade e qualidade;

CONSIDERANDO o aspecto de vulnerabilidade e risco social a que muitas crianças estão expostas;

CONSIDERANDO a legislação vigente que dispõe sobre a inclusão de crianças com deficiência;

CONSIDERANDO que muitas crianças vivem em ambientes precários em termos materiais, nutricionais e emocionais, e que ao frequentar uma escola terão uma estrutura adequada para desenvolver aspectos cognitivos e não cognitivos importantes para o seu futuro;

CONSIDERANDO o direito de prioridade de mães de até 18 (dezoito) anos terem acesso à educação, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de suporte para a inserção da mulher no mercado de trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para atendimento da demanda existente;

CONSIDERANDO a previsão constitucional da oferta de Pré-Escola pela rede pública municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a Central de Vagas para a Educação Infantil, vinculada ao Setor de Captação e Gestão de Recursos da Secretaria Municipal de Educação, que realiza a análise e levantamento de vagas e os procedimentos para oferta, para crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade.

Parágrafo Único - Será designada uma Comissão, mediante Portaria, responsável pela operacionalização da Central de Vagas, subordinada diretamente à Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º O processo de inscrições e lista de contemplados com vaga se dará através de

Edital, publicado, na íntegra, no mural da Secretaria Municipal de Educação e no site www.santacruz.rs.gov.br.

Art. 3º O número de vagas disponíveis será de acordo com a capacidade de atendimento de cada escola e em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação, através da Resolução nº 02, de 18 de Setembro de 2017.

§1º A criança de 0 (zero) a 03 (três) anos não tem garantia de vaga imediata, mas somente por meio da inscrição na Central de Vagas durante período estabelecido em Edital, será chamada para o preenchimento da vaga disponível.

§2º Toda criança inscrita de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos tem garantia de vaga, conforme legislação vigente.

Art. 4º Os pais ou responsáveis legais ficam cientes de que a inscrição da criança, pleiteando a vaga, implica no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas em Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

Art. 5º Os pais ou responsáveis legais ficam cientes que ao inscreverem a criança, pleiteando vaga, autorizam a Comissão de Inscrição e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as informações prestadas, inclusive com realização de Visita Domiciliar para emissão de Parecer.

Art. 6º As inscrições serão realizadas de forma on-line, somente pelos pais ou responsáveis legais da criança, que respondem civil e criminalmente pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados.

Parágrafo Único – No ato da inscrição será gerado um código alfanumérico vinculado ao nome da criança, data de inscrição, e a etapa da Educação Infantil.

Art. 7º Para comprovar as informações declaradas e concluir a inscrição, os pais ou responsáveis legais deverão entregar os documentos atualizados (cópia) na Secretaria Municipal de Educação ou nas Escolas Municipais de Educação Infantil, conforme disposto em Edital de Inscrição.

Art. 8º O sistema informatizado da Secretaria Municipal de Educação classificará os candidatos às vagas da Educação Infantil - Creche, que compreende crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos, conforme os critérios de prioridade assim estabelecidos, de acordo com a ordem:

I - crianças com deficiência, com laudo médico constando CID;

II - crianças em contexto de vulnerabilidade ou risco social, encaminhadas por órgão competente;

III - crianças filhas de mães de até 18 (dezoito) anos de idade, que estejam matriculadas e frequentando a escola; comprovado por atestado atualizado e com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) ou atestado de estudos compensatórios;

IV – menor grau socioeconômico dos pais ou responsáveis legais, comprovado por documentação;

V – disponibilidade de vaga nas Escolas indicadas no ato da inscrição.

Art. 9º Para as crianças inscritas para a Educação Infantil - Creche será facultada a indicação de até 03 (três) opções de escolas para as quais a criança concorrerá.

Art. 10 A classificação para dispor de vaga na Educação Infantil - Creche será feita pela menor renda, a partir da análise do cadastro socioeconômico, que compreende o total da renda bruta mensal dos pais ou responsáveis legais, percebidos no momento da inscrição.

Parágrafo Único - Os contemplados serão listados por faixa etária em ordem alfabética.

Art. 11 A não realização da matrícula em Educação Infantil – creche, na escola para qual a criança foi contemplada, no prazo estipulado em edital, implicará na exclusão da criança do processo de concessão de vagas.

Art. 12 A desistência de vaga ofertada em Educação Infantil - creche, sem justificativa de mudança de endereço, implicará na exclusão automática da criança no processo de concessão de vagas.

Art. 13 Os pais ou responsáveis legais que, ao comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, desistirem da vaga oferecida em Educação Infantil - creche, assinarão um Termo de Desistência de Vaga. Se a justificativa para a desistência for mudança de endereço, os pais deverão trazer o novo comprovante e informar as opções de escola, e o nome da criança será remanejado para o final da lista.

Art. 14 As vagas remanescentes decorrentes de abertura de novas turmas, desistências e abandonos serão disponibilizadas continuamente, conforme a capacidade máxima de atendimento de cada escola e disponibilidade de Recursos Humanos, através de novos Editais de divulgação, respeitando as opções e a ordem da lista de espera.

Parágrafo Único - Entende-se como abandono aquela vaga deixada por criança de 04(quatro) meses a 3 (três) anos de idade matriculada que se ausentar da escola sem motivo justificado pelo período igual ou superior a 30 (trinta) dias ininterruptos ou 50% (cinquenta por cento) em um período de 03 (três) meses, ocasionando a perda da vaga.

Art. 15 As vagas remanescentes decorrentes de oferta maior que o interesse manifesto nas inscrições, quando existentes, serão divulgadas em Edital. Os interessados por estas vagas, que estejam na lista de espera, deverão comparecer à Secretaria Municipal de Educação, em data especificada em Edital para manifestação mediante declaração expressa.

Parágrafo Único - A concessão das vagas remanescentes será de acordo com a ordem de classificação na lista de espera.

Art. 16 A criança matriculada em vaga remanescente, será excluída da lista de espera e não mais concorrerá à vaga para a(s) Escola(s) indicada(s) no ato da inscrição do respectivo processo de concessão de vagas, sem que caiba qualquer reivindicação posterior.

Art. 17 Para as crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos será solicitada indicação de escola e turno de preferência durante o processo de inscrição.

Art. 18 A distribuição das vagas da Educação Infantil - Pré-Escola na Rede Pública Municipal será em conformidade com a disponibilidade existente em cada escola, observada a ordem dos seguintes critérios:

I - aluno com deficiência;

II - proximidade da residência;

III - possuir irmão(s) já matriculado(s) na rede pública municipal;

IV - ordem de inscrição.

Art. 19 Fica revogado o Decreto nº 10.446, de 23 de outubro de 2019.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 16 de dezembro de 2020.

TELMO JOSÉ KIRST
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se

EDUARDO MORALES WISNIEWSKI
Secretário Municipal de Administração e Transparência

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE RESIDÊNCIA

Eu (proprietário) _____
portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no
CPF sob o nº _____ declaro para devidos fins que,
(nome pai ou mãe) _____, responsável por
(nome da criança) _____, reside em meu
imóvel localizada no endereço abaixo:

Endereço: _____
Nº _____, Bairro: _____ - Cep _____
Município: Santa Cruz do Sul - RS

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas ciente de que, se falsa for esta declaração bem como a documentação comprobatória, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica). Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar a informação acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

(Assinatura do declarante)

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO FAMILIAR

Declaro, para fins de inscrição para vaga na Educação Infantil, Edital N° 24/SEE/2021 que a criança

.....,
vive com (assinale UMA das opções):

- pai e mãe;
- somente com a mãe;
- somente com o pai;
- com a mãe e o companheiro/esposo
- com o pai e a companheira/esposa
- somente os avós ou um dos avós
- mãe menor de 18 anos e avós ou um dos avós
- Responsável (eis) Legal(ais)

Declaro também, que entendo que as pessoas assinaladas nesta declaração deverão apresentar comprovação de renda ou de ausência de renda. Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizamos a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins, que não recebo
ajuda financeira mensal, como pensão alimentícia, para manutenção da(s) criança(s):

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE E RENDA

(Autônomo, profissional liberal, trabalhador informal ou eventual)

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF sob o nº _____, declaro sob responsabilidade, que obtive
renda média nos últimos três meses, no valor mensal de R\$ _____. Tal renda é oriunda
de ganhos obtidos com meu trabalho, no desempenho da(s) atividade(s) de _____
nos seguintes locais:

_____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO DECLARA IMPOSTO DE RENDA

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro sob responsabilidade, que não
declarei Imposto de Renda de Pessoa Física 2018.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXERCE FUNÇÃO REMUNERADA

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro sob responsabilidade, que não
exerço função remunerada.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE PRODUTOR RURAL

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro sob responsabilidade, que exerço
a função de produtor rural (Especificar qual: _____) e minha
remuneração bruta mensal é de R\$ _____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins, que recebo ajuda
financeira mensal, como pensão alimentícia, no valor mensal de R\$ _____ para a(s) criança(s):
_____, pago por
_____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO X- DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE AJUDA FINANCEIRA

Eu, _____,
inscrito (a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins, que recebo
ajuda financeira mensal no valor mensal de R\$ _____ para subsidiar as despesas com a(s)
criança(s) _____
pago por _____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão
implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

Autorizo a Comissão responsável e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as
informações acima.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

ANEXO XI - TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu, _____

CPF nº _____, venho através deste Termo de Desistência expressar minha decisão voluntária de desistir da vaga concedida através do Edital nº _____ para a Escola _____ para a criança

_____ ,
código de inscrição _____, pelo motivo que segue:

Declaro estar ciente de que esta decisão implica na oferta da vaga a outra criança, e de que não tenho direito a posterior reclamação.

Declaro também que estou ciente de que a criança acima citada será remanejada para o final da lista de espera.

Santa Cruz do Sul, _____ de _____ de 20 ____.

Responsável legal